CONSÓRCIOS PÚBLICOS NO BRASIL: ANÁLISE DOS ASPECTOS FINANCEIROS E ECONÔMICOS COM BASE EM EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Helder Domingos Filipe[1]
Sergio Henrique De Oliveira Lima[2]

RESUMO

Os consórcios públicos no Brasil, especialmente após a promulgação da Lei 11.107/2005, têm se destacado como uma ferramenta eficaz de cooperação intergovernamental. Estes consórcios permitem a otimização de recursos financeiros, facilitando a gestão compartilhada de serviços públicos essenciais, como saúde, resíduos sólidos e saneamento. Ao possibilitar que municípios menores compartilhem recursos, essas parcerias intermunicipais aumentam a capacidade de prestação de serviços que, de forma isolada, seriam economicamente inviáveis. Contudo, desafios econômicos e financeiros ainda persistem, como a desigualdade na contribuição entre municípios, a complexidade administrativa e a sustentabilidade a longo prazo. O estudo compara também experiências internacionais bem-sucedidas em países como Estados Unidos, França, Alemanha e Espanha. Esses países oferecem modelos de governança e financiamento que podem fornecer insights valiosos para o aprimoramento dos consórcios no Brasil. A metodologia utilizada envolve uma revisão bibliográfica extensa e a análise de casos práticos, com foco na viabilidade econômica e inovações em consórcios internacionais.

Palavras-chave: Consórcios públicos; Cooperação intergovernamental; Financiamento; Sustentabilidade Financeira.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira , ICSA, Discente, helderfilipe@aluno.unilab.edu.br[1]
Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-brasileira , ICSA, Docente, sergio.lima@unilab.edu.br[2]

ISSN: 2447-6161

INTRODUÇÃO

A criação de consórcios públicos no Brasil foi uma resposta às limitações financeiras e administrativas que municípios enfrentam para fornecer serviços públicos de forma individual. A Lei 11.107/2005 estabeleceu um marco legal que facilitou a formação desses arranjos cooperativos, possibilitando maior integração entre diferentes entes governamentais. No entanto, apesar das vantagens teóricas, diversos desafios ainda persistem, principalmente relacionados ao financiamento e à equidade na distribuição de recursos. Este trabalho pretende examinar os aspectos financeiros desses consórcios e compará-los com as experiências internacionais, com o intuito de identificar práticas que possam ser adaptadas ao contexto brasileiro.

METODOLOGIA

O presente estudo baseia-se em uma revisão bibliográfica e documental das principais legislações e experiências práticas de consórcios públicos, tanto no Brasil quanto em países como Estados Unidos, Alemanha, França e Espanha. A análise envolve uma comparação entre as diferentes formas de financiamento, governança e resultados econômicos desses consórcios, buscando identificar boas práticas que possam ser aplicadas no Brasil. Além disso, foram analisados estudos de caso de consórcios em diferentes regiões brasileiras, focando na eficiência financeira e nos desafios enfrentados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os consórcios públicos no Brasil apresentam vantagens econômicas evidentes, como a economia de escala e a possibilidade de captação de recursos externos, que seriam difíceis de obter por municípios isolados. A gestão compartilhada de serviços como saúde e saneamento permite que municípios de menor porte acessem serviços que, de outra forma, estariam além de suas capacidades. No entanto, há desafios, como a desigualdade na contribuição dos municípios e a falta de um modelo financeiro sustentável a longo prazo. Em termos internacionais, a experiência dos Estados Unidos, com seus Metropolitan Planning Organizations (MPOs), destaca a eficácia na gestão compartilhada de infraestrutura de transporte. A França, com suas intercommunalités, tem um modelo robusto de cooperação para serviços urbanos e ambientais. Na Alemanha, os Zweckverbände permitem uma eficiente organização de pequenos municípios para a gestão de serviços públicos. Esses modelos oferecem insights valiosos, especialmente no que diz respeito à sustentabilidade financeira e governança cooperativa.

CONCLUSÕES

O estudo confirma que, embora os consórcios públicos no Brasil ofereçam uma solução viável para a gestão de serviços públicos, há espaço para melhorias, especialmente no que diz respeito ao financiamento e à sustentabilidade a longo prazo. As experiências internacionais analisadas sugerem que o Brasil pode se beneficiar de uma maior integração financeira entre municípios e do uso de ferramentas de governança mais transparentes. Recomenda-se a adaptação de práticas como a coordenação financeira eficiente dos EUA e a governança intermunicipal da França e Alemanha.

AGRADECIMENTOS

ISSN: 2447-6161

Agradeço primeiramente a Jeová Deus por Sua infinita bondade. À minha querida irmã, Dulce Domingos Filipe, e à Elisa Tchisseque, expresso minha profunda gratidão pelo apoio incondicional que sempre recebi de vocês.

REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, Fernando Luiz; SANO, Hironobu. A cooperação interfederativa no Brasil. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 271-302, 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/rap/a/8Fvns4pmXXCw]. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Lei n° 11.107, de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 abr. 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm]. Acesso em: 10 out. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Consórcios públicos interfederativos no Brasil: descrição das principais fontes de informação e resultados preliminares. Nota Técnica n. 31 (Dirur). Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11270]. Acesso em: 10 out. 2024.

LINHARES, Pedro; BRITO, Ana Paula; SILVA, Jorge. O impacto da Lei dos Consórcios Públicos na gestão compartilhada. Revista Brasileira de Administração Pública**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 47-69, 2012.

ISSN: 2447-6161